



CNPJ/MF Nº 76.104.397/0001-23

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

\*Srs. Acionistas,  
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício financeiro compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023, de acordo com os preceitos legais. Colocamos-nos a disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam necessários, além das informações contidas nas Notas Explicativas.  
 Desempenho: A Receita Bruta no ano foi de R\$ 140 milhões; a Receita Líquida foi de R\$ 109,8 milhões; o Lucro Líquido foi de R\$ 2,9 milhões.  
 A Transportadora Sulista atua fortemente no transporte de cargas nos segmentos automotivo, metal-mecânico, madeireiro e linha branca e sempre buscando a novos segmentos. Também conta com uma equipe de projetos buscando soluções logísticas e apoiando os clientes na busca de maior produtividade

nos seus processos.  
 Conforme projetamos para 2023, esse foi um ano de estabilidade e foco nos negócios e clientes atuais.  
 Projeções: Para 2024, projetamos um ano de muitos desafios, buscamos um crescimento da nossa receita de, no mínimo, 19% com relação a 2023, com a ampliação de negócios em nossos clientes atuais e a conquista de novos segmentos. A diversificação de nossos segmentos e novas parcerias de negócios, assim como as mudanças e melhorias em tecnologia e seguindo sempre as boas práticas baseadas nos pilares do ESG, continuam fazendo parte dos nossos desafios para 2024 na busca de soluções que encantem os nossos clientes e a nós mesmos.  
 A Diretoria,  
 Pirajara (PR), 18 de abril de 2024.

## BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVO	R\$ 2023	R\$ 2022
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	348.307,87	200.999,20
Clientes	21.575.528,66	17.618.125,03
Adiantamentos a Funcionários	385.584,32	108.016,32
Despesas Antecipadas	753.262,01	693.637,35
Adiantamentos a Fornecedores	6.345.893,46	5.799.010,98
Impostos a Recuperar	6.657.206,63	8.615.649,47
Estoques	412.093,81	365.914,67
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>36.477.876,76</b>	<b>33.401.353,02</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>4.304.659,54</b>	<b>2.885.233,87</b>
Títulos a Receber	633.581,93	1.020.251,21
Partes Relacionadas	2.495.784,24	818.980,60
Depósitos Judiciais	1.175.293,37	1.046.002,06
<b>Imobilizado em Andamento</b>	<b>2.081.835,92</b>	<b>1.931.106,87</b>
Consórcios	2.081.835,92	1.931.106,87
<b>Imobilizado</b>	<b>19.393.880,86</b>	<b>23.687.005,32</b>
Bens em Operações	43.094.461,07	50.317.607,18
(-) Depreciações	-23.700.580,21	-26.630.601,86
<b>Intangível</b>	<b>7.535,72</b>	<b>180.899,93</b>
Software	12.060,75	480.961,17
(-) Amortizações	-4.525,03	-300.061,24
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>25.787.912,04</b>	<b>28.684.245,99</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>62.265.788,80</b>	<b>62.085.599,01</b>

PASSIVO	R\$ 2023	R\$ 2022
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e Financiamentos	2.535.068,71	6.537.889,67
Fornecedores	5.381.528,94	6.783.867,48
Salários e Contr. Sociais	3.712.525,63	3.032.680,78
Obrigações Tributárias	6.519.535,63	9.994.039,32
Impostos Parcelados	3.652.422,29	2.317.600,41
Outras Contas a Pagar	2.601.116,48	1.734.642,24
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>24.402.197,68</b>	<b>30.400.719,90</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Impostos Parcelados	8.871.986,74	7.355.334,18
Empréstimos e Financiamentos	2.887.376,13	5.210.164,87
Partes Relacionadas	8.861.011,22	5.796.006,40
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>20.620.374,09</b>	<b>18.361.505,45</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social	9.500.000,00	8.500.000,00
Reservas de Capital	3.502.427,71	0,00
Reservas de Lucros	4.240.789,32	4.823.373,66
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17.243.217,03</b>	<b>13.323.373,66</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>62.265.788,80</b>	<b>62.085.599,01</b>

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
A vencer	19.318.609,09	15.953.107,55
Vencidos de 1 a 30 dias	695.541,71	289.900,79
Vencidos de 31 a 60 dias	150.673,60	137.347,97
Vencidos de 61 a 90 dias	112.738,47	5.670,78
Vencidos acima de 91 dias	1.297.965,79	1.232.097,94
<b>Total</b>	<b>21.575.528,66</b>	<b>17.618.125,03</b>

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2023	2022
Saldo Credor de ICMS	5.082.377,80	4.842.907,16
ICMS Ativo Permanente a Recuperar	577.389,35	869.200,41
Créditos Federais a Compensar	740.099,20	2.812.661,33
Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	257.340,28	90.890,57
<b>Total de impostos a recuperar</b>	<b>6.657.206,63</b>	<b>8.615.649,47</b>

## 7. TÍTULOS A RECEBER (LP)

Títulos a Receber (LP)	2023	2022
Aplicação Financeira de LP - Garantias	310.000,00	630.000,00
Clientes	323.581,93	390.251,21
	<b>633.581,93</b>	<b>1.020.251,21</b>

## 8. PARTES RELACIONADAS

As transações com empresas ligadas e acionistas foram realizadas a preços e condições de mercado, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.

	Valores - R\$
Nilson Adm de Bens S/C Ltda	<b>2.495.784,24</b>

## 9. ATIVO IMOBILIZADO

	Veículos e Transportes	Máquinas e Equipamentos	Veículos de Apoio	Móveis e Utensílios	Terrenos e Edificações	Computadores e Periféricos	Beneficiárias em Imóveis	Total
<b>Custo</b>	42.525.308	1.171.435	1.095.838	247.965	64.853	547.787	4.664.421	50.317.607
<b>Depreciação Acum.</b>	-24.839.848	-604.705	-747.938	-132.874	-2.624	-291.422	-11.191	-26.630.602
<b>Saldo 31/12/2022</b>	17.685.459	566.731	347.900	115.091	62.229	256.365	4.653.230	23.687.006
<b>Aquisições</b>	560.516	597.250	335.000	150.840		107.005	692.576	2.443.187
<b>Baixas</b>	-5.178.361	-34.822				-87.652	-4.365.498	-9.666.333
<b>Depreciação</b>	3.185.739	-15.673	-208.275	-12.790		26.299	-45.278	2.930.022
<b>Saldo 31/12/2023</b>	16.253.353	1.113.486	474.625	253.141	62.229	302.017	935.030	19.393.881
<b>Custo</b>	37.907.462	1.733.864	1.430.838	398.806	64.853	567.141	991.499	43.094.463
<b>Depreciação</b>	-21.654.109	-620.378	-956.213	-145.665	-2.624	-265.123	-56.469	-23.700.580
<b>Valor Líquido</b>	16.253.353	1.113.486	474.625	253.141	62.229	302.017	935.030	19.393.881

## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

## 10.1. Circulante

	2023	2022
Os empréstimos e financiamentos de Curto Prazo são realizáveis em prazos inferiores a 360 dias.		
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Financiamento Imobilizado - Moeda Nacional	843.003,54	6.277.065,62
Capital de Giro - Moeda Nacional	1.692.065,17	2.873.814,94
	<b>2.535.068,71</b>	<b>6.537.889,67</b>

## 10.2. Não circulante

Os empréstimos e financiamentos de Longo Prazo possuem os seguintes vencimentos:

Ano	Valores - R\$
2025	1.609.889,26
2026	962.714,76
2027	314.772,11
	<b>2.887.376,13</b>

## 11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

São registrados os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços prestados e tomados e os incidentes sobre o lucro:

Tributos/Contribuições Recolher	Valores - R\$
ICMS	1.912.759,31
Tributos Federais	4.228.881,13
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	377.895,19
	<b>6.519.535,63</b>

## 12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Valores - R\$
Seguros a Pagar	782.628,55
Aluguéis a Pagar	102.040,70
Outros Fornecedores (relativos às despesas administrativas)	831.884,18
Fornecedores de Bens do Ativo Imobilizado	500.119,13
Adiantamento de Clientes	242.346,21
Outras contas	142.097,71
	<b>2.601.116,48</b>

## 13. IMPOSTOS PARCELADOS

	Curto Prazo - R\$	Longo Prazo - R\$
Impostos Federais	996.433,93	3.687.413,98
Impostos Estaduais	2.655.988,36	5.184.572,76
	<b>3.652.422,29</b>	<b>8.871.986,74</b>

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social  
 O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 9.500.000,00, representado em 9.500.000 ações Ordinárias Nominativas, todas com direito a voto e possui a seguinte composição:

Acionistas	Nº Ações	Participação - R\$	Participação - %
Total Linhas Aéreas S.A.	9.423.641	9.423.641,00	99,20%
Nilson Administradora de Bens LTDA	42.761	42.761,00	0,45%
Scherer Participações S/C LTDA	4.598	4.598,00	0,05%
	<b>9.500.000</b>	<b>9.500.000,00</b>	<b>100,00%</b>

## 14.2. Reservas de Lucros/ Reservas de Capital

Foi constituída Reserva de Lucros a Distribuir pelo do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, após a constituição da Reserva Legal, para posterior distribuição dos dividendos legais. O valor da subvenção para investimentos gerada pelo benefício fiscal do Crédito Presumido foi devidamente destinado para Reserva de Incentivos Fiscais. A Reserva de Capital foi criada para suportar reformulações futuras no Capital Social da empresa.

	2023	2022
Reserva Legal	270.161,88	181.319,16
Reserva de Lucros a Distribuir	1.688.011,74	1.139.626,79
Reserva de Incentivos Fiscais	2.282.615,70	3.683.746,87
Reserva de Capital	3.502.427,71	3.502.427,71
	<b>7.743.217,03</b>	<b>4.823.373,66</b>

## 15. RECEITA BRUTA

	2023	2022
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>140.493.018,83</b>	<b>142.960.306,02</b>
De Transportes de Cargas	137.358.091,65	142.630.774,61
De Serviços	3.134.927,18	329.531,41
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-30.698.095,62</b>	<b>-31.351.599,16</b>
Impostos Incidentes sobre Serviços	-28.095.625,68	-28.369.659,92
Descontos e Cancelamentos	-2.602.469,94	-2.981.939,24
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>109.794.923,21</b>	<b>111.608.706,86</b>

## 16. DESPESAS POR NATUREZA

A empresa optou por apresentar a demonstração do resultado conforme requerido pelo NBC TG 26, apresenta, a seguir, o detalhamento do resultado por natureza:

## 16.1. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	R\$ 2023	R\$ 2022
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>109.794.923,21</b>	<b>111.608.706,86</b>
Custo dos Serviços Prestados	-90.549.069,15	-92.000.919,22
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>19.245.854,06</b>	<b>19.607.787,64</b>
Despesas Administrativas	-12.595.251,28	-10.016.885,15
(-) Outras Despesas Operacionais	-8.644.947,16	-7.137.739,64
Outras Receitas Operacionais	11.413.299,39	8.922.169,55
<b>LUCRO ANTES DAS DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>9.418.955,01</b>	<b>11.375.332,40</b>
(-/+ ) DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	<b>-5.886.307,74</b>	<b>-6.609.322,47</b>
(-) Despesas Financeiras	-5.963.839,56	-6.682.401,40
Receitas Financeiras	77.531,82	73.078,93
<b>RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL</b>	<b>3.532.647,27</b>	<b>4.766.009,93</b>
<b>PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL</b>	<b>-612.803,90</b>	<b>0,00</b>
IRPJ	-457.637,30	0,00
CSLL	-155.166,60	0,00
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.919.843,37</b>	<b>4.766.009,93</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	R\$ CAPITAL SOCIAL	R\$ RESERVA LEGAL	R\$ RESERVAS DE LUCROS INCENTIVOS FISCAIS	R\$ LUCROS A REALIZAR	R\$ RESERVAS DE CAPITAL	R\$ LUCROS ACUMULADOS	R\$ TOTAL DO PL
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57.363,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.557.363,73</b>
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.766.009,93	4.766.009,93
Destinação: Reserva de Incent. Fiscais	0,00	0,00	1.139.626,79	0,00	0,00	-1.139.626,79	0,00
Destinação: Reserva Lucros a Distribuir	0,00	0,00	0,00	3.445.063,98	0,00	-3.445.063,98	0,00
Destinação: Constituição Reserva Legal	0,00	181.319,16	0,00	0,00	0,00	-181.319,16	0,00
<b>SALDOS EM 31/12/2022</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>181.319,16</b>	<b>1.139.626,79</b>	<b>3.502.427,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.323.373,66</b>
Aumento de Capital Social	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.919.843,37	2.919.843,37
Destinação: Reserva de Incent. Fiscais	0,00	0,00	1.142.988,91	0,00	0,00	-1.142.988,91	0,00
Destinação: Reserva Lucros a Distribuir	0,00	0,00	0,00	1.688.011,74			



Combustível	2023	2022	(*) Créditos Federais auferidos decorrentes da aplicabilidade do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que reduziu a zero (0%) as alíquotas dos tributos incidentes sobre o PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no período de março/2022 a março/2023, bem como àqueles auferidos na revisão e readequação da operação contábil e fiscal realizada no período de 2019 a 2023.
Depreciação	15.544.889,42	12.235.963,02	
Subcontratação	2.313.563,76	1.751.340,24	
Custos com Pessoal	43.297.673,04	45.995.971,38	
Outros Custos	17.354.562,24	13.937.243,89	
	<b>90.549.069,15</b>	<b>92.000.919,22</b>	
<b>16.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>			
Despesas com Pessoal	2023	2022	
Despesas com Propaganda e Publicidade	4.211.649,02	3.418.398,61	
Despesas Gerais e Tributárias	145.391,34	105.841,22	
	<b>8.238.210,92</b>	<b>6.492.645,32</b>	
	<b>12.595.251,28</b>	<b>10.016.885,15</b>	
<b>16.3. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Outras Receitas Operacionais	2023	2022	
Receitas Vendas de Ativo Imobilizado	Valores - R\$	Valores - R\$	
Subvenções para Investimentos	3.005.295,23	102.000,00	
Recuperação Créditos Tributários (*)	1.142.988,91	820.707,03	
Indenizações Recebidas	5.977.153,73	7.271.925,01	
Outras Contas	948.000,00		
	<b>339.861,52</b>	<b>359.344,75</b>	
	<b>11.413.299,39</b>	<b>8.922.169,55</b>	
Outras Despesas Operacionais	Valores - R\$	Valores - R\$	
Multas de Trânsito	-466.964,97	-346.103,95	
Multas Fiscais/Trabalhistas	-23.809,00	-39.470,50	
Baixa de Ativo Imobilizado	-1.850.275,07	-3.463.633,50	
Perda no Recebimento de Créditos	-1.665.641,99	-3.238.079,17	
Outras Contas			
	<b>-8.644.947,16</b>	<b>-7.137.739,64</b>	
	<b>2.768.352,23</b>	<b>1.784.429,91</b>	
<b>17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>			
Receitas Financeiras	2023	2022	
Juros Recebidos	Valores - R\$	Valores - R\$	
Outras	45.511,92	21.365,46	
	<b>32.019,90</b>	<b>51.713,47</b>	
	<b>77.531,82</b>	<b>73.078,93</b>	
Despesas Financeiras	Valores - R\$	Valores - R\$	
Juros Mora Fornecedores	-47.584,95	-1.402.697,93	
Juros/Taxas Bancárias	-100.205,15	-227.182,84	
Tarifa de Baixa de Título Protesto	-34.381,83	-20.157,38	
Descontos Concedidos	-56.259,52	-99.895,66	
Encargos Desconto de Duplicatas	-1.008.881,37	-1.190.076,90	
Juros de Capital de Giro	-812.431,71	-1.631.652,51	
Juros de Financiamento	-1.056.928,53	-1.245.173,62	
Taxa Administração Consórcios	-78.841,16	-835.532,58	
Multas/Juros Tributários	-2.768.325,24	-30.031,98	
	<b>-5.963.839,56</b>	<b>-6.682.401,40</b>	
	<b>SALDO -5.886.307,74</b>	<b>-6.609.322,47</b>	
<b>18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>			
Os tributos sobre o lucro (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foram apurados com base no Lucro Real Anual, dentro das alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor.			
<b>19. COBERTURA DE SEGUROS</b>			
A Administração considera que a cobertura de seguros contratada é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. A empresa possui um programa de gerenciamento de riscos que visa minimizar prejuízos, ameaças e danos que possam afetar suas operações. Os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros em seus ativos, meio ambiente bem como os bens ou mercadorias de terceiros entregues para transporte, estão discriminados a seguir:			
MODALIDADE	OBJETO	COBERTURA	VIGÊNCIA
Seguro de Cargas - Roubo e Acidente	Carga transportada - Transporte Rodoviário	R\$ 2.200.000,00 por embarque/viagem	17/07/2023 a 17/07/2024
Seguro de Cargas - Roubo e Acidente	Carga transportada - Vidros em Geral	R\$ 500.000,00 por embarque/viagem	17/07/2023 a 17/07/2024
Seguro de Cargas - Roubo e Acidente	Carga transportada - Veículos Utilitários	R\$ 50.000,00 por embarque/viagem	17/07/2023 a 17/07/2024
Frota de Veículos - Cascos, Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais	Veículos	RCF/DMO: R\$ 100.000,00/veículo	18/11/2023 a 18/11/2024
Riscos Ambientais	Riscos Ambientais - Transporte	R\$ 700.000,00 por ocorrência	30/11/2023 a 30/11/2024
Seguro Predial	Imóvel de Terceiros - Piraquara/PR	Danos Materiais: R\$ 1.000.000,00	20/10/2023 a 20/10/2024
	Imóvel de Terceiros - São Bernardo do Campo/SP	Danos Materiais: R\$ 7.525.875,00	20/10/2023 a 20/10/2024
<b>ALFREDO MEISTER NETO</b> CPF: 202.058.489-15 DIRETOR PRESIDENTE <b>JOSANA TERUCHKIN</b> CPF: 458.972.630-00 DIRETORA <b>JOSIANE C. FERREIRA DA SILVA</b> CPF: 031.384.079-27 CRC-CO/PR 064294/O-3			

# TRANSPARÊNCIA

LUZ

A TRANSPARÊNCIA GERA CONFIANÇA AOS LEITORES. POR ISSO, AS PUBLICAÇÕES LEGAIS NOS JORNAIS SÃO ESSENCIAIS PARA A SEGURANÇA JURÍDICA.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL

JORNAIS DO INTERIOR

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 9039-8869-C04E-2066.

**VIVA LTDA.** - CNPJ Nº 52.845.346/0001-94 - NIRE 41212080562**1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular, **VANZ HOLDING LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Rolândia, Estado do Paraná, à Avenida dos Expedicionários, nº 426, sala 02, bairro Centro, CEP 86.600-091, inscrita no CNPJ sob o nº 19.405.963/0001-01, registrada na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 412.077.664-30, neste ato representada por **EDSON VANZELLA PEREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Rolândia, Estado do Paraná, na Rua Willie Davids, nº 444, Centro, CEP 86.600-131, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.305.259-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF/ME sob nº 596.962.659-72; e **VIPOSA PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, Sala 1501, Condomínio Opus One Ecolville, bairro Campo Comprido, CEP 81200-528, inscrita no CNPJ sob o nº 52.730.706/0001-02, registrada na Junta Comercial sob o NIRE 41212059312, neste ato representada por **EDUARDO SELEME**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Avenida Sete de Setembro, nº 267, apartamento 602, bairro Centro, CEP 89.500-133, portador da cédula de identidade RG nº 10/C 327.261 (SSP/SC) e inscrito no CPF sob nº 533.765.449-72; Únicos sócios componentes da sociedade empresarial limitada, que gira sob o nome empresarial de **VIVA LTDA.**, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, Sala 1501, Condomínio Opus One Ecolville, bairro Campo Comprido, CEP 81200-528, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41212080567, e inscrita no CNPJ sob o nº 52.845.346/0001-94, RESOLVEM, por decisão unânime, alterar e consolidar o "Contrato Social", de acordo com as cláusulas e condições seguintes: **I – TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO: CLÁUSULA PRIMEIRA** - Deliberam os Sócios pela transformação do tipo jurídico da Sociedade, passando de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima Fechada, passando a ser regida por um Estatuto Social, pelos dispositivos da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, sem lapso de continuidade de suas atividades sociais, ou alteração de seu objeto social, bem como sem prejuízo aos eventuais credores. **CLÁUSULA SEGUNDA** - Os sócios quotistas da Companhia tornam-se, neste ato, Acionistas e as 10.000 (dez mil) quotas da Companhia, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, no montante total de R\$10.000,00 (dez mil reais) totalmente subscritas e integralizadas, são convertidas em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, permanecendo inalterado o capital social. **II – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL: CLÁUSULA TERCEIRA** - Em razão da transformação do tipo jurídico da Companhia, o nome empresarial passa de **VIVA LTDA.** para **VIVA S.A.** **III – ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA: CLÁUSULA QUARTA** - Em virtude da transformação do tipo jurídico da Companhia deliberam os acionistas que a Companhia passará a ser administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com composição e atribuições estabelecidas no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia. **CLÁUSULA QUINTA** - Em razão da deliberação tomada, ficam nomeados neste ato, para compor o Conselho de Administração da Companhia, por um mandato de 2 (dois) anos, os Srs.: **i. EDSON VANZELLA PEREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Rolândia, Estado do Paraná, na Rua Willie Davids, nº 444, Centro, CEP 86.600-131, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.305.259-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF sob nº 596.962.659-72; **ii. VINICIUS VANZELLA DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Eurico Hummig, nº 355, apartamento 401, andar 4, Bairro Gleba Fazenda Palhano, CEP 86.050-464, portador da Cédula de Identidade nº 12.766.827-2 (SSP/PR), inscrito no CPF sob nº 098.013.909-05; **iii. PEDRO ROBERTO MAZZARIN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade de Rolândia, Estado do Paraná, na Rua Estilac Leal, nº 634, Centro, CEP 86.600-115, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 3.199.532-9 (SSP-PR), inscrito no CPF sob nº 548.346.279-34; **iv. EDUARDO SELEME**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Avenida Sete de Setembro, nº 267, apartamento 602, Centro, CEP 89.500-133, portador da cédula de identidade RG nº 10/C 327.261 (SSP/SC) e inscrito no CPF sob nº 533.765.449-72; **v. MARCELO SELEME**, brasileiro, vivo, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rua Conselheiro Mafrá, nº 400, ap. 1.201, Centro, CEP 89.500-127, portador da cédula de identidade RG nº 390.137-8 SSP/SC e inscrito no CPF/ME sob nº 444.279.309-30; e **vi. EDUARDO FAGLIONI RIBAS**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, advogado, residente e domiciliado na Rua Justo Manfron, nº 1779, casa 14, Bairro Santa Felicidade, CEP 82.410-540, Curitiba/PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.273.949-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 047.527.959-06. **Parágrafo único** - Os Conselheiros eleitos tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no livro de atas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia e suas remunerações serão definidas pela Assembleia Geral. **CLÁUSULA SEXTA** - Em razão da deliberação tomada, ficam eleitos, para compor a Diretoria da Companhia, por um mandato de 2 (dois) anos: i. Na condição de Diretor Presidente, **EDUARDO SELEME**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Avenida Sete de Setembro, nº 267, apartamento 602, bairro Centro, CEP 89.500-133, portador da cédula de identidade RG nº 10/C 327.261 (SSP/SC) e inscrito no CPF sob nº 533.765.449-72; e **ii. EDUARDO SELEME**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Rolândia, Estado do Paraná, na Rua Willie Davids, nº 444, Centro, CEP 86.600-131, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.305.259-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF sob nº 596.962.659-72. **Parágrafo único** - Os Diretores eleitos tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no livro de atas de reuniões de Diretoria da Companhia e suas remunerações serão definidas pelo Conselho de Administração. **CLÁUSULA SÉTIMA** - Os Diretores e Conselheiros eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. **IV – APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL: CLÁUSULA OITAVA** - Desta forma, em decorrência da transformação do tipo jurídico da Companhia e das demais alterações descritas acima, os acionistas deliberam pela aprovação do Estatuto Social da Companhia, conforme redação constante no "Anexo I". E, por serem justos e contratados, assinam a presente alteração para todos os fins de direito. Curitiba/PR, 01 de dezembro de 2023. **VANZ HOLDING LTDA.**, Rep. por EDSON VANZELLA PEREIRA DE SOUZA **VIPOSA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, Rep. por EDUARDO SELEME **Visto do Advogado:** Gustavo Kendy Futata - OAB/PR 49.830. JUCEPAR - Certifico o registro em 26.12.2023 sob nº 41300325146 e protocolo: 239011619 de 22.12.2023, Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.

**ESTATUTO SOCIAL: VIVA S.A. - CNPJ Nº 52.845.346/0001-94 - NIRE em fase de transformação do tipo jurídico: CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO Artigo 1º** - A Companhia exerce suas atividades sob a denominação social de **VIVA S.A.** e é regida pela disposições deste Estatuto ("Estatuto"), do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas") e, para os casos omissos, pela legislação aplicável. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, Sala 1501, Condomínio Opus One Ecolville, bairro Campo Comprido, CEP 81200-528. **Artigo 3º** - A Companhia tem como objeto social: (i) Participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista; e (ii) Compra e venda de participações societárias. **Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado. **Artigo 5º** - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar, manter ou extinguir, filiais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer estabelecimentos necessários ao desempenho das atividades consubstanciadas no objetivo social, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes. **CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL: Artigo 6º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, de conformidade com o art. 110 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 7º** - Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, observadas as disposições estabelecidas no Acordo de Acionistas da Companhia para exercício do direito de preferência. **Parágrafo Primeiro** - A responsabilidade de cada acionista está restrita ao valor de suas ações. **Parágrafo Segundo** - Aos acionistas é vedada a constituição de qualquer gravame sobre suas ações, sem prévia autorização expressa e unânime dos demais acionistas. **CAPÍTULO III – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Artigo 8º** - Qualquer transferência de ações da Companhia, seja entre os próprios acionistas ou entre os acionistas e terceiros, está sujeita a observância do estabelecido pelo Acordo de Acionistas, sob pena de nulidade. **CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 9º** - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos demais casos previstos em lei, sendo instalada e realizada de acordo com o disposto nas normas estabelecidas por este Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas, e, nas suas omissões, pelo regimento disposto na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses e assuntos sociais exigirem deliberação dos acionistas. **Parágrafo Primeiro** - As Assembleias Gerais serão sempre instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representantes da totalidade das ações emitidas pela Companhia e, em segunda convocação, com a presença de acionistas representantes do equivalente, no mínimo, à maioria absoluta das ações. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral terá a competência definida em lei e suas deliberações, salvo as exceções previstas em lei, neste Estatuto e no Acordo de Acionistas, serão tomadas por maioria absoluta dos acionistas titulares das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco. **Parágrafo Terceiro** - Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por pessoa escolhida pelo voto da maioria dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, (a) secretário(a). **Parágrafo Quarto** - A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, em conformidade com a lei, mediante envio de carta registrada, mensagem eletrônica (e-mail) ou qualquer outra forma que seja possível constatar o recebimento da convocação pelos acionistas e demais interessados, se houver, contendo a data, local e ordem do dia da Assembleia. **Parágrafo Quinto** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 11** - Para participar e deliberar nas Assembleias Gerais, o acionista se identificará e apresentará à Companhia comprovante de sua condição de acionista, mediante documento de identidade e, conforme o caso, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. **Artigo 12** - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei e no presente Estatuto, mediante aprovação pela maioria dos acionistas titulares das ações com direito a voto: i. Aprovação das contas dos administradores, destinação do lucro, demonstrações financeiras e pareceres de auditoria independente da Companhia; ii. Fixação de remuneração global anual dos administradores da Companhia; iii. Realização de atos, pela Companhia que importem em doação, renúncia de direito ou exoneração de obrigação de terceiros cujo valor unitário, ou série de valores somados no mesmo exercício fiscal, cujo valor exceda R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); iv. Aquisição, venda, alienação, arrendamento, promessa de alienação, transferência, permuta, dação em pagamento, contratação de opção de compra ou cessão de direitos, de bens e direitos de propriedade ou posse, investimentos, bens imóveis ou móveis, do ativo não circulante e circulante, ativos intangíveis, direitos de propriedade intelectual, títulos de investimento em participações, aquisição e/ou cessão de direitos e obrigações da Companhia, de forma individual ou em conjunto com outras operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, cujo valor exceda R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); v. Prática de atos, pela Companhia que importem em assunção ou celebração de qualquer operação de financiamento para capital de giro cujo valor exceda R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), por operação ou por conjunto de operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios da Companhia; vi. Prática de atos, pela Companhia que importem em assunção ou celebração de qualquer outra operação de financiamento ou endividamento, ou outros passivos financeiros, exceto as referidas no item "iii", cujo valor exceda R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), por operação ou por conjunto de operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; vii. Autorização à Companhia para prestação de garantias reais ou pessoais em favor de terceiros; viii. Realização de transação ou acordo de qualquer litígio, incluindo litígios arbitrais envolvendo a Companhia, cujo valor exceda R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); ix. Realização de investimentos pela Companhia em projetos cujo valor exceda R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), por operação ou por conjunto de operações, similares ou não, realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; x. Revisões ou alterações nas projeções de receitas totais, despesas totais e investimentos totais do Plano de Negócios da Companhia, desde que: (a) tais revisões ou alterações não sejam maiores que 15% (quinze por cento), para mais ou para menos, das projeções originalmente aprovadas no Plano de Negócios; e (b) sejam devidamente fundamentadas; xi. Orientação e aprovação prévia do voto de qualquer representante da Companhia em assembleias gerais, reuniões de sócios, do conselho de administração ou da diretoria de qualquer das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia, incluindo a indicação dos administradores de referidas sociedades, sempre que tal decisão seja prerrogativa da Companhia, na condição de sócia ou acionista, na forma do Acordo de Acionistas e desde que não seja a matéria objeto de deliberação de competência do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral; e x. Aprovação da outorga de procurações pela Companhia para a realização de quaisquer atos compreendidos nas matérias previstas nesta Cláusula. **CAPÍTULO VIII – CONSELHO FISCAL: Artigo 23** - A Companhia terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente, que será composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, sendo instalado, para um determinado exercício social, mediante deliberação da Assembleia Geral, a qual definirá, também, o valor da remuneração dos seus membros. **Parágrafo Primeiro** - Quando instalado, competirá ao Conselho Fiscal: i. Examinar trimestralmente os livros, as demonstrações contábeis, balancetes, e demais peças elaboradas pelo contador, administrador ou liquidante, sendo de obrigação dos responsáveis pela gestão desses documentos prestar todas as informações solicitadas; ii. Lavrar o livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, emitindo opinião formal sobre a situação econômica e financeira da Companhia; iii. Denunciar erros e fraudes que descobrirem, sugerindo as providências úteis à Companhia; e iv. Convocar a assembleia para deliberar sobre assuntos que entendam relevantes ou que possam alterar o resultado da gestão patrimonial. **Parágrafo Segundo** - Na deliberação da Assembleia Geral que criar o Conselho Fiscal, eleger-se-ão os membros que comporão o órgão durante seu prazo de vigência, respeitadas as condições de eleição e destituição de conselheiros previstas em Acordo de Acionistas. **CAPÍTULO IX – ACORDOS DE ACIONISTAS: Artigo 24** - Todos os Acordos de Acionistas que estabeleçam condições de compra e venda de suas ações ou o direito de preferência da compra das mesmas, o exercício do direito de voto, ou quaisquer outras deliberações relacionadas às condições específicas de investimento, obrigações e apuração de haveres entre os acionistas e condições da formação e operação da Companhia serão sempre observados pela Companhia e pelos acionistas, quando tais acordos forem devidamente registrados na sede da Companhia, na forma do art. 118, da Lei 6.404/76. **Parágrafo Único** - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros, herdeiros e sucessores. **CAPÍTULO X – EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS: Artigo 25** - O exercício social coincide com o ano civil e no seu término a Companhia levantará um balanço geral de suas atividades para apurar o resultado do período, e elaborará as demonstrações financeiras correspondentes para fins de publicação e apreciação pela Assembleia Geral. **Artigo 26** - Do resultado de cada exercício social será deduzido antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. **Artigo 27** - Do lucro líquido do exercício, depois de deduzidas as despesas operacionais, serão destinados 5% (cinco por cento), antes da distribuição de qualquer dividendo, para a constituição da Reserva Legal nos termos da Lei nº 6.404/76, e o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral, que estudará e deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício, bem como de outras eventuais reservas de lucros. **Artigo 28** - A Companhia distribuirá os dividendos no valor ou percentual que a Assembleia Geral deliberar, observadas as destinações previstas no Artigo 16, e garantida a distribuição de dividendo mínimo obrigatório no percentual de 25% (vinte e cinco) por cento do lucro líquido após a dedução prevista no Artigo 27. **Artigo 29** - Salvo as deliberações em contrário da Assembleia Geral, o pagamento dos dividendos, de juros sobre o capital próprio e a distribuição de ações provenientes de aumento de capital serão efetivadas no prazo de 60 (sessenta) dias da data da respectiva deliberação, salvo se deliberado de forma diversa em Assembleia. **Parágrafo Primeiro** - Poderá a Companhia levantar balanços mensais, trimestrais e semestrais, bem como declarar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou nos intermediários, na forma prevista em lei. **Parágrafo Segundo** - Por deliberação da maioria do capital social, poderá a Companhia distribuir antecipadamente dividendos a seus acionistas. Entretanto, findo o exercício social e sendo apurado prejuízo ou inexistência de dividendos a distribuir, os acionistas que os receberam antecipadamente restituirão integralmente ao caixa da Companhia os valores recebidos. **CAPÍTULO X – DA LIQUIDAÇÃO**



VIVA LTDA. - CNPJ Nº 52.845.346/0001-94 - NIRE 41212080567 - 1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**continuação**  
**DAÇÃO DA COMPANHIA: Artigo 30** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na legislação em vigor, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará nesse período. **CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS: Artigo 31** – Este Estatuto Social admitirá execução específica, nos termos do parágrafo 3º do artigo 118 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, independentemente do pagamento de perdas e danos sofridos pelas infrações contra ele praticadas. **Parágrafo Único** – Cada acionista terá o direito de requerer ao presidente da Assembleia Geral ou da reunião de Diretoria que declare a invalidade do voto proferido em desacordo com as previsões deste Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas e/ou requerer à administração a suspensão ou o cancelamento imediato do registro da transferência de ações de emissão da Companhia efetuado em desacordo com o aqui previsto, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial. **Artigo 32** – A administração da Companhia arquivará na sede social os acordos de acionistas assinado pelas Partes, obrigando-se a cumpri-los integralmente. **Artigo 33** – Quaisquer controvérsias decorrentes do presente Estatuto ou a ele relacionadas serão submetidas, exclusivamente, à Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (ARBITAC), em conformidade com as Leis da República Federativa do Brasil, e supletivamente pelas dis-

posições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, observadas ainda as disposições do Acordo de Acionistas. **Artigo 34** – Sem prejuízo da eficácia da cláusula compromissória, os Acionistas elegem o Foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, para as finalidades exclusivas de buscar medidas cautelares (ou qualquer outro remédio legal que não possa ser obtido ou que não tenha a eficácia necessária segundo a lei de arbitragem brasileira, incluindo, entre outras, a proteção específica fornecida pelo artigo 498 do Código de Processo Civil Brasileiro), cuja concessão seja considerada essencial para assegurar que o autor possa exercer quaisquer direitos que possam ser outorgados através de tal remédio, e para os fins estipulados no art. 7º da Lei nº 9.307/96. **Artigo 35** – Os Diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. **Artigo 36** – O presente Estatuto Social rege-se pelas disposições da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores.

VIVA S.A. - CNPJ/MF 52.845.346/0001-94 - NIRE 41300325146

**ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024**  
 Comerciais Escriturais será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).  
**(o) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais Emitidas:** Serão emitidas 10.000 (dez mil) Notas Comerciais Escriturais. **(p) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso a primeira subscrição e primeira integralização das Notas Comerciais Escriturais ocorram simultaneamente na Data da Primeira Integralização, referida primeira integralização das Notas Comerciais Escriturais será realizada pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Nota Comercial Escritural venha ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as disposições previstas neste Termo de Emissão. **(q) Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. **(r) Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um spread (sobretaxa) de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa”) e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”. A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita no Termo de Emissão. **(s) Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, sem carência, conforme as datas indicadas no Termo de Emissão, a partir da Data da Primeira Integralização e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme cronograma de pagamento indicado no Termo de Emissão, sendo cada data de pagamento uma “Data de Pagamento da Remuneração”. **(t) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos neste Termo de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais consecutivas, conforme as datas indicadas no Termo de Emissão, nos termos do cronograma de pagamentos indicado no Termo de Emissão (cada uma, uma “Data de Amortização das Notas Comerciais Escriturais”) e percentuais previstos no Termo de Emissão. **(u) Local de Pagamento:** Os pagamentos, a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais, serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. **(v) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Notas Comerciais Escriturais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. **(w) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impositividade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Titulares das Notas Comerciais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial), (a) multa convencional, irreductível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento), e (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”). **(x) Decadência dos Direitos aos Acrescidos:** Sem prejuízo do disposto no item “w” acima, o não comparecimento do Titular de Notas Comerciais Escriturais para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas no Termo de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos do Termo de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impositividade no pagamento. **(y) Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Notas Comerciais Escriturais, endereçada a todos os Titulares das Notas Comerciais Escriturais, sendo assegurado a todos os Titulares das Notas Comerciais Escriturais, igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais Escriturais por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos previstos no Termo de Emissão. **(z) Resgate Antecipado Facultativo:** Não será admitido o resgate antecipado facultativo das Notas Comerciais Escriturais. **(aa) Amortização Extraordinária Facultativa:** Não será admitida a amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais. **(ii) autorizar a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores a praticar(em) todos e quaisquer atos que forem necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando, (i) a contratação do Coordenador Líder e demais prestadores de serviços no âmbito da Emissão e/ou da Oferta, tais como (o) assessor(es) legal(is), o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; e (ii) a negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta reunião, dos termos e condições dos documentos da Oferta (em especial as hipóteses de vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais), da Emissão e/ou da Oferta bem como celebrar todos os instrumentos (contratos, requerimentos, declarações etc.) que se fizerem necessários à implementação da Emissão e/ou da Oferta, tais como o Termo de Emissão e o Contrato de Distribuição. **(iii) aprovar e ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores para a consecução da Emissão e/ou da Oferta. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada por unanimidade e assinada por todos os diretores presentes. Mesa: Eduardo Seleme - Presidente; Edson Vanzella Pereira de Souza - Secretário. Diretores: (i) Sr. Eduardo Seleme e (ii) Sr. Edson Vanzella Pereira de Souza. Certificando o Secretário e Presidente que a presente é cópia da ata lavrada no livro próprio. Documento assinado digitalmente por Edson Vanzella Pereira de Souza, como secretário da mesa, Eduardo Seleme, como presidente da mesa, e pelos diretores Eduardo Seleme e Edson Vanzella Pereira de Souza. Curitiba, 17 de abril de 2024. **EDUARDO SELEME - Presidente, EDSON VANZELLA PEREIRA DE SOUZA - Secretário.** JUCEPAR - Certifico o registro em 17.04.2024 sob nº 20242723233 e protocolo:242723233 de 17.04.2024, Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.**

**PETRACCA PISTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
 CNPJ/ME: 34.213.905/0001-61 NIRE: 41600903650

**ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL REALIZADA EM 08/03/2024**

**Data/Hora e Local** - Aos 08 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da sociedade, na Rua Francisco Negrão, nº 420 - AP 12B - Água Verde - Curitiba - PR, CEP 80.620-390.

**Convocação e Presença** - Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 1.072, § 2º da Lei 10.406/2002, por estar o sócio único presente, conforme assinatura ao final do presente instrumento.

**Presentes:** **RAFAEL PETRACCA PISTORI**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, nascido em 06 de fevereiro de 1983 em Curitiba/PR, médico, CRM-PR 24892 inscrito no CPF nº 044.661.189-14 e Carteira de Identidade nº 7.131.918-0-SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Francisco Negrão, nº 420 AP 12B - Água Verde - Curitiba - PR, CEP 80.620-390.

**Ordem do Dia** - O sócio resolve reduzir o capital social nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil.

**Deliberação** - Considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade. Reduz-se o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), passando o capital social que atualmente é no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser no valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Deliberação Tomada por Unanimidade e sem Qualquer Restrição - Após exame e discussão da matéria, o sócio sem reservas ou quaisquer restrições, aprova a redução do capital social por este se apresentar excessivo em relação ao objeto da sociedade.

**Encerramento e Aprovação da Ata.** - Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

**RAFAEL PETRACCA PISTORI**  
 Sócio Administrador

**SIRAMA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**  
 CNPJ N.º 76.710.318/0001-28  
**ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS**

**EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista a não instalação, em primeira convocação, da Assembleia de Sócios, agendada para 22 de abril de 2024, são convocados os senhores sócios a se reunirem em Assembleia dos Sócios, a se realizar no dia 30 de abril de 2024, às 14 (quatorze) horas, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossungüê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestitação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023;
- Destinação do resultado do exercício findo e de lucros acumulados;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da administração.
- Formalização das transferências de quotas da Sirama efetivadas pelos sócios identificados a seguir:
  - 541.434 (quinhentas e quarenta e um mil, quatrocentas e trinta e quatro) quotas de titularidade do Espólio de Ruth Gomes Slaviero partilhadas aos seus herdeiros Lilian Slaviero Abrão, Cláudio Gomes Slaviero, Ruth Maria Gomes Slaviero e Rubens Slaviero Filho;
  - 2.215.989 (dois milhões, duzentas e quinze mil, oitocentas e noventa e oito) quotas de titularidade de Tania Dallegre Goes para a sociedade Tropic Holding e Participações Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital;
  - 8.460.014 (oito milhões, quatrocentas e sessenta mil e quatorze) quotas de titularidade de Zigard Participações Societárias Ltda. para R.R. Slaviero Participações e Administração de Bens Ltda., transferidas em virtude de operação societária de incorporação;
  - 10.688.183 (dez milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, cento e oitenta e três) quotas de titularidade de Edy Gomes Cassemiro para Emílio Batista Gomes, Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação;
  - 4.312.422 (quatro milhões, trezentas e quarenta e duas mil, quatrocentas e vinte e duas) quotas de titularidade de Emílio Batista Gomes para Guilherme Araújo Gomes, Gabriela Araújo Gomes e Thais Araújo Gomes, transferidas por doação;
  - 1.622.636 (um milhão, seiscentas e vinte e duas mil, seiscentas e trinta e seis) quotas de titularidade de Maria Elizabeth Araújo Slaviero para MESA Participações Societárias Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital; e
  - 1.852.580 (um milhão, oitocentas e cinquenta e duas mil, quinhentas e oitenta) quotas sociais de titularidade de Maria Cecília de Araújo Gomes para Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação.
- Aprovação da minuta da 67ª Alteração Contratual da Sirama contemplando as transferências de quotas tratadas no item antecedente e, adicionalmente, a revogação da disposição transitória prevista na Cláusula Trigesima Segunda do Contrato Social em razão da perda do seu objeto, além de outras modificações de ordem cadastral, se necessárias.  
 Curitiba, 23 de abril de 2024.  
**Conselho de Administração**

**TRANSPORTADORA SULISTA S.A.**  
 CNPJ nº 76.104.397/0001-23 - NIRE 41300004196

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Transportadora Sulista S.A. a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se às 14 horas do dia 30 de abril de 2024, excepcionalmente na sede administrativa da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Padre Dehon, nº 185, Hauer, CEP: 81.630-090. A Assembleia será instalada em primeira ou segunda convocação, desde que estejam presentes Acionistas que representem, no mínimo, 51% do Capital Social, nos termos do §3º do Art. 7º do Estatuto Social, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia. Pirajuara/PR, 22 de abril de 2024. **Alfredo Meister Neto** - Diretor Presidente.

**HIDRELÉTRICA SANTA BRANCA S.A.**  
 CNPJ/MF: 19.322.873/0001-49 | NIRE: 41.300.094.292

**Relatório de Administração do exercício findo em 31/12/2023.**

Aos Interessados, apresentamos o Relatório de Administração, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia foi concebida para implantar a Usina Hidrelétrica Santa Branca, no Rio Tibagi, com capacidade instalada de 62MW (conforme Concessão Pública Federal nº 0017/2016-MME). A implantação da UHE Santa Branca estava prevista para entrar em operação comercial em 2021, no entanto, diante do atraso do órgão ambiental licenciador (Instituto Água e Terra) na emissão da Autorização de Supressão Vegetal, não foi possível iniciar a implantação no cronograma previsto. Considerando que o órgão ambiental licenciador indeferiu o pedido de ASV formulado, em fevereiro de 2022, a companhia apresentou à ANEEL Requerimento de Rescisão Amigável do Contrato de Concessão, com o afastamento de penalidades. No dia 02 de abril de 2024, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 989/2024, recomendou ao Ministério de Minas e Energia (MME) a rescisão do Contrato de Concessão nº 17/2016-MME-UHE Santa Branca. Aguarda-se, agora, manifestação do MME ao qual cabe acatar, ou não, a recomendação da ANEEL, acerca da rescisão amigável do Contrato de Concessão. Por se tratar de sociedade de propósito específico que não passou o estágio pré-operacional, a Companhia não obteve faturamento ao longo do ano de 2023, de forma que a manutenção das atividades é feita através do aporte de recursos dos acionistas ordinários da Companhia. Maiores informações sobre o estado financeiro da Companhia poderão ser obtidas através da análise das demonstrações financeiras, estando ainda os Diretores à disposição para prestar maiores esclarecimentos. Curitiba, 19 de abril de 2024.



Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 9039-8869-C04E-2066.







econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. As variáveis utilizadas para os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser sumarizados conforme abaixo. Como a Companhia não apresenta situação de caixa líquido, os respectivos índices de alavancagem estão sendo apresentados.

	2023	2022
Total de empréstimos bancários	222.092	220.470
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(66.256)	(43.935)
(-) Títulos e valores mobiliários	(427)	(5.718)
Dívida (caixa) líquido	155.409	170.817
Total do patrimônio líquido	532.053	544.962
Grau de alavancagem financeira	28,83%	31,34%

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	309	1.465
Aplicações financeiras (CDB)	67.947	42.470
	68.256	43.935

As aplicações financeiras estão concentradas em sua totalidade em ativos de renda fixa, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa do seu valor.

#### 5. Títulos e valores mobiliários

##### a) Composição

	2023	2022
Caixa restrito no ativo não circulante (i)	427	5.718
	427	5.718

(i) Aplicação financeira vinculada a contratos de fiança bancária com vigência de dois anos, indexadas pela DI. A variação de 2022 para 2023 é referente a liquidação dos FINAMES em 2023 e o desbloqueio do caixa restrito, sendo saldo incorporado nas aplicações financeiras de curto prazo.

##### b) Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	5.718	5.898
Aplicações	413	514
Resgates	(6.186)	(1.314)
Rendimentos	318	698
IRRF	164	(78)
Saldo final	427	5.718

#### 6. Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber de clientes		
Nacionais	117.256	93.890
Estrangeiros	48.372	46.975
	165.628	140.865

(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

	2023	2022
Nacionais	(8.374)	(8.067)
Estrangeiros	(863)	(863)
	(9.237)	(8.930)
	156.391	131.935

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

#### 9. Imobilizado

	Câmaras frigoríficas		Máquinas e equipamentos		Benefetoria terminais ferroviários		Benefetoria em propriedade de terceiros (i)		Desvio ferroviário		Obras em andamento		Total
	Instalações	Terminais	Equipamentos	Terminais	Terrenos	Vagões	Locomotivas	Terrenos	Vagões	Locomotivas	Terrenos	Vagões	
Em 1º de janeiro de 2022													
Saldo inicial	1.963	30.888	17.464	6.751	70.325	6.234	10.947	23.575	220.115	88.550	17.922	34.922	574.398
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.598	21.598
Baixas	(1)	-	(5)	-	-	-	-	(1.892)	-	-	(114)	(3.258)	(2.012)
Transferências	-	7.062	7.827	-	27.483	377	1	692	(11)	11.968	3.258	(62.377)	(3.720)
(-) Impairment	-	-	-	-	402	-	-	-	-	-	-	-	402
Depreciação	(408)	(4.461)	(3.189)	(2.695)	(3.903)	(544)	(1.142)	(9.046)	(4.678)	(1.049)	(2.409)	-	(33.524)
Saldo contábil, líquido	1.554	33.489	22.097	4.056	94.307	6.067	9.806	23.575	209.869	83.861	28.841	35.657	557.142
Em 31 de dezembro de 2022													
Custo	16.280	67.990	47.324	49.650	123.057	8.853	21.973	23.575	268.841	116.959	34.283	52.350	835.998
Depreciação acumulada	(14.726)	(34.501)	(25.227)	(45.594)	(28.750)	(2.786)	(12.167)	(58.972)	(33.098)	(5.442)	(16.693)	-	(277.956)
Saldo contábil, líquido	1.554	33.489	22.097	4.056	94.307	6.067	9.806	23.575	209.869	83.861	28.841	35.657	557.142
Em 1º de janeiro de 2023													
Saldo inicial	1.554	33.489	22.097	4.056	94.307	6.067	9.806	23.575	209.869	83.861	28.841	35.657	557.142
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.003	31.003
Baixas	(122)	(1.481)	-	-	(31)	(239)	-	-	(1.110)	-	-	(19)	(3.002)
Transferências (i)	(1.280)	(858)	4.858	-	(8.071)	-	-	-	-	738	19.503	(25.327)	5.707
(-) Impairment	0	722	33	-	937	-	-	-	(8.957)	(4.678)	(1.376)	(11.267)	(39.471)
Depreciação	(245)	(4.332)	(2.074)	(1.187)	(3.871)	(523)	(961)	-	-	-	-	-	(39.471)
Saldo contábil, líquido	29	28.899	23.433	2.869	83.271	5.305	8.845	23.575	199.802	79.183	28.203	43.874	9.639
Em 31 de dezembro de 2023													
Custo	13.308	58.176	45.723	49.650	104.564	8.433	21.941	23.575	267.173	116.959	35.021	83.361	837.613
Depreciação acumulada	(13.279)	(29.277)	(22.290)	(46.781)	(21.293)	(3.128)	(13.096)	(58.972)	(67.371)	(37.776)	(6.818)	(39.487)	(300.596)
Saldo contábil, líquido	29	28.899	23.433	2.869	83.271	5.305	8.845	23.575	199.802	79.183	28.203	43.874	9.639

(i) Durante o período houve transferências entre contas de imobilizado e intangível no montante de R\$10.437 (R\$3.720 em 2022). Vide nota 10.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia fez a revisão do valor recuperável dos ativos de vida útil, onde foi identificado a necessidade de reverter a provisão de impairment no valor de R\$1.692 (R\$ 402 em 31 de dezembro de 2022). O valor recuperável de R\$76.701 foi baseado no valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) relacionado as unidades de serviço da Companhia, considerando a taxa de desconto 17,99% aplicada ao fluxo de caixa projetado. No decorrer do exercício, houve investimentos em imobilizado no montante de R\$31.003, sendo que os principais itens foram em melhorias na infraestrutura e instalações dos Terminais e aquisições de equipamentos. Em junho 2023, foram baixados quatorze vagões devido a venda. O valor correspondente à baixa residual de imobilizado foi de R\$1.109. Durante o período houve adições de imobilizado que não afetaram o caixa da Companhia:

	Nota	2023	2022
Fornecedores a pagar		13.392	15.355
Juros capitalizados	12	-	2.118
Total		13.392	17.473

#### 10. Intangível

	Direito de uso de software		Software		Intangível em formação		Total
	Software	Outros	Software	Outros	Software	Outros	
Em 31 de dezembro de 2022							
Saldo inicial	2.547	5.889	103	826	9.365	-	18.625
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Transferências(*)	2	2.260	1.338	120	3.720	-	7.338
Amortização	(995)	(1.682)	(16)	-	(2.693)	-	(5.376)
Saldo contábil, líquido	1.554	6.467	1.425	946	10.392	-	18.377
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	1.554	6.467	1.425	946	10.392	-	18.377
Aquisições	95	11.064	224	(946)	10.437	-	21.770
Transferências(*)	(954)	(2.438)	(313)	-	(3.705)	-	(5.090)
Amortização	695	15.093	1.336	0	17.124	-	34.248
Saldo contábil, líquido	695	15.093	1.336	0	17.124	-	34.248

Taxas médias ponderadas de amortização em %

	2023	2022
20,0%	20,0%	10,0%
0,0%	0,0%	-

(\*) Durante o período houve transferências entre contas de imobilizado e intangível no montante de R\$10.437. Vide nota 9.

#### 11. Ativo de direito de uso

	Aluguel de imóveis		Veículos		Terminais logísticos		Equipamentos de TI		Contêineres		Total
	Imóveis	Veículos	Terminais	Equipamentos	Contêineres	Imóveis	Veículos	Terminais	Equipamentos		
Em 1º de janeiro de 2022	37.381	95	22.097	-	-	71.567	-	-	-	131.140	
Despesas de amortização do exercício	(11.851)	(129)	(1.660)	(12.177)	(13.601)	(39.418)	-	-	-	(78.836)	
Adições (*)	2.433	34	3.543	44.558	14.840	65.408	-	-	-	129.343	
Baixas	(573)	-	-	-	-	(573)	-	-	-	(573)	
Em 31 de dezembro de 2022	27.390	-	23.980	32.381	72.806	156.557	-	-	-	283.114	
Em 1º de janeiro de 2023	27.390	-	23.980	32.381	72.806	156.557	-	-	-	283.114	
Despesas de amortização do exercício	(12.611)	(128)	(1.787)	(15.197)	(13.588)	(43.311)	-	-	-	(87.503)	
Adições (*)	491	467	2.919	2.089	5.966	(631)	-	-	-	11.801	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2023	15.270	339	22.193	19.472	61.307	118.581	-	-	-	277.032	

(\*) Em 2023 foram adicionados ao direito de uso o valor de R\$5.966 (2022 R\$65.408), referente a constituições de reajustes e novos contratos, os valores não impactaram no fluxo de caixa da Companhia.

#### 12. Fornecedores

	2023	2022
Transportes rodoviários	28.881	22.452
Infraestrutura	10.490	5.869
Terminais portuários	9.098	1.771
Seguros	1.376	16
Manutenção	521	1.208
Ativos rodantes	2.562	1.490
Diversos	10.870	6.213
	63.798	39.019

	2023	2022
A vencer	140.650	114.358
Vencidos até 30 dias	4.548	5.437
Vencidos de 31 a 90 dias	6.232	4.013
Vencidos de 91 a 180 dias	2.318	1.856
Vencidos de acima de 181 dias	11.880	15.201
	165.628	140.865

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias sem tratativas em andamento com o cliente e considerando informações prospectivas (forward-looking), exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos. A movimentação dos saldos de provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representada no quadro abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	(8.930)	(8.179)
Adições	(584)	(878)
Baixas	277	127
Saldo final	(9.237)	(8.930)

#### 7. Impostos a recuperar

	2023	2022
PIS e COFINS (i)	39.616	31.652
IRPJ e CSLL (ii)	-	6.022
IRRF (iii)	5.948	4.625
ICMS (iv)	13.751	11.524
FUNDAF (v)	-	1.025
Outros	2.191	2.191
	61.505	57.039

	2023	2022
Circulante	57.082	54.924
Não circulante	4.423	2.115

(i) PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição Financeira da Seguridade Social: correspondem aos valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados nas operações de aquisição de bens do ativo imobilizado, e créditos extemporâneos referente a custos de (seguros de cargas, pedágio e rastreamento) dos períodos de 2013 a 2017, a ser compensado com débitos de tributos federais nos próximos períodos.

(ii) IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: créditos originados de saldo antecipados durante o ano de IRPJ e CSLL.

(iii) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte: correspondem aos valores de créditos originados da retenção direta do tributo sobre os rendimentos com aplicações financeiras da Companhia.

(iv) ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços: créditos originados da operação de armazenagem da Companhia.

(v) FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização: a filial Brado Bauri nas características de EADI (Estação Aduaneira Interior) teve sentença favorável para restituição, contra a ré União.

#### 8. Outras contas a receber

	2023	2022
Venda de imobilizado (i e ii)	32.040	38.040
Outros (iii)	4.470	4.051
	36.510	42.091

	2023	2022
Circulante	9.356	9.497
Não circulante	27.154	32.594

(i) No ano de 2021 foram vendidas 16 empilhadeiras no montante de R\$18.000 as quais estão sendo pagas de forma parcelada no prazo de 36 meses. Em 2022 e 20



arrendamento do terminal logístico tem prazo de vigência de 20 anos, com possibilidade de renovação após esse período, podendo ser rescindido após o 4º ano sem ônus para a Companhia.

Saldo em 31 de dezembro de 2022
Adições (\*) 5.965
Baixas (631)
Juros apropriados 12.541
Amortização (13.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 127.554

(\*) Em 2023 foram adicionados ao passivo de arrendamento o valor de R\$5.965 (2022 R\$ 65.408), referente a substituições de reajustes e novos contratos, os valores não impactaram na caixa da Companhia. Vide Nota 11.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2023 o capital social integralizado é de R\$81.030 (R\$81.030 em 31 de dezembro de 2022). O capital é representado por 47.372.388 ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, assim distribuídas:

Table with columns: 2023, Percentual de participação, 2022, Percentual de participação. Rows for Brado Logística e Participações S.A.

b) Reserva de ágio na emissão de ações

A reserva de ágio representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico na data de emissão, com saldo de R\$71.371 até 2012. Nos meses de setembro de 2013 e março de 2014 a Brado Logística S.A. recebeu aporte da Brado Logística e Participações S.A. no valor de R\$200.000, e constituiu reserva de ágio na emissão de ações no valor de R\$175.639 (2013 R\$27.992 e 2014 R\$147.647).

Saldo em 1º de janeiro de 2016 247.010
Valor da operação - aporte Brado Logística e Participações S.A. 234.454
Valor destinado para aumento de capital (16.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 464.729

c) Opções outorgadas reconhecidas

A controladora, Brado Logística e Participações S.A., que, por sua vez, tem como sócia majoritária a Rumo S.A., possui um plano de remuneração baseado em ações, o "Plano de Stock Grant", sendo que concedeu ações (da Rumo) para executivos da Brado. O direito de receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência previsto no plano.

Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia da Controladora Rumo S.A. o modelo de Remuneração Baseada em Ações ("Stock Grant"), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Rumo, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos:

- (i) Atrair, reter e motivar os beneficiários;
(ii) Gerar valor para os acionistas; e incentivar a visão de empreendedor do negócio.
O plano é administrado pelo Conselho de Administração da Rumo S.A., a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

Saldo em 31 de dezembro de 2022 5.296

Opções outorgadas reconhecidas no resultado 3.355
Saldo em 31 de dezembro de 2023 8.651

d) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A administração não efetuou a destinação da reserva legal relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido ao prejuízo do exercício (em 31 de dezembro de 2022 não houve destinação devido ao prejuízo do exercício).

e) Dividendos mínimos obrigatórios
O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro do exercício, após a constituição da reserva legal, como previsto na Lei nº 6.404/76. A administração não efetuou proposição para pagamento de dividendos aos acionistas, após a constituição de reserva legal, devido ao prejuízo do exercício em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 não houve proposição de dividendos devido ao prejuízo do exercício).

f) Reserva de retenção de lucros
A Companhia não constituiu a reserva estatutária de retenção de lucros devido ao prejuízo do exercício em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição devido ao prejuízo do exercício). O prejuízo fiscal de 2022 foi abatido da reserva de lucros dos anos anteriores, até o limite do saldo existente. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do exercício é levada à aprovação pela Assembleia Geral.

20. Receita líquida de vendas

Table with columns: 2023, 2022. Rows for Receita bruta, Deduções da receita, Tributos municipais, Tributos estaduais, Tributos federais, Cancelamento e abatimentos de vendas.

b) Saldos de contrato

Table with columns: 2023, 2022. Rows for Contas a receber, Passivos de contrato (i).

(i) Os passivos de contratos referem-se, principalmente, ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela prestação de serviços de transportes ferroviários, que ainda não haviam cumprido os requisitos de efetivo reconhecimento, pela sua análise, para a qual a receita é reconhecida por períodos específicos.

21. Despesas por natureza

Table with columns: 2023, 2022. Rows for Custos dos serviços prestados, Despesas gerais e administrativas, Despesas comerciais, Total.

Despesas por natureza:

Table with columns: 2023, 2022. Rows for Gastos com transporte intermodal, Depreciação e amortização, Custo com pessoal (i), Gastos com manutenção, Gastos com energia dos armazéns, Gastos com alugueis dos armazéns (ii), Gastos gerais, Outros gastos operacionais, Total das despesas.

(i) A variação do período na linha de custo com pessoal, está atrelada ao dissídio e remuneração variável devido ao aumento de EBITDA em 30% no ano de 2023, se comparado ao ano de 2022.

(ii) Os saldos são referentes a contratos de alugueis de curtíssimo prazo, para atendimento de contingência operacional, não enquadrados nos requisitos de reconhecimento do CPC 06.

22. Outras receitas operacionais, líquidas

Table with columns: 2023, 2022. Rows for Recuperação de despesas (i), Contingências, Baixas líquidas de ativo imobilizado, Receita logística de natureza diversa, Indenizações recebidas de seguradoras, Venda de ativos, Reversão provisão impairment, Outros.

(i) Os saldos registrados são referentes a recuperação de despesas com manutenção de máquinas e

equipamentos, despesas compartilhadas em terminais arrendados, levantamento e recuperações de impostos.

23. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

Table with columns: 2023, 2022. Rows for Receitas financeiras, Rendimentos de aplicações financeiras (i), Descontos obtidos, Variação cambial ativa, Outros (ii).

Despesas financeiras

Table with columns: 2023, 2022. Rows for Encargos sobre empréstimos e financiamentos (i), Juros sobre arrendamentos, Descontos concedidos (iii), Variação cambial passiva, Outras despesas (iv), PIS/COFINS sobre receitas financeiras.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

Table with columns: 2023, 2022. Rows for Receitas (despesas) financeiras, líquidas.

(i) O Valor de juros sobre empréstimos e aplicações financeiras cresceram majoritariamente em função do aumento da taxa SELIC e consequente impacto no CDI, na qual as NCEs e rendimentos da Companhia estão atreladas. O valor atualizado no ano de 2023 foi de R\$30.202 (vide nota 13.B). Além do encerramento dos contratos de empréstimos com taxas pré-fixadas, que atrelou 100% da nossa dívida a taxa de juros. Outro impacto com relação aos rendimentos também se dá pelo aumento de caixa na companhia, fechado em 31/12 com 70 milhões.

(ii) Valor referente a baixa de saldo negativo de IR sobre aplicação financeira no valor de R\$ (6.022).

(iii) Os valores são referentes aos descontos concedidos para armadores para transação de adiantamento de prazo de recebimento.

(iv) No ano de 2022 houve a execução da contingência cível referente a operação realizada no Mercosul no período de 2012 a 2015, operada pela requerente, gerando uma despesa de atualização de juros no valor de R\$12.579.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, podem ser assim demonstradas:

Table with columns: Eventos, Importância indenização segurada, Limite máximo de indenização por evento, Vigência. Rows for Seguro predial, Responsabilidade Civil Geral, Seguro de carga rodoviária, Seguro de automóvel.

Os vagões e locomotivas da Companhia estão inseridos na apólice de seguro da Rumo S.A., sendo o custo deste seguro incluído no valor da prestação de serviço ferroviário contratado. Não está incluída no escopo dos trabalhos de nossos auditores a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela administração da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Brado Logística S.A. São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Brado Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha Contador CRC 1 BA 026357/O-2 - S - SP

São Paulo, 19 de abril de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Terra Saraiva Presidente

Tiago Augusto Machado Dias Contador CRC - PR 057271/O-9

BEM PARANÁ logo and image showing a laptop displaying news articles and social media icons.









Table with 4 columns showing financial data for Rendimentos, IRRF, and Saldo final.

Table showing '6. Contas a receber (Consolidado)' with columns for 2023 and 2022, and sub-totals for National and Foreign.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Table showing the aging schedule of receivables from customers as of 31st December 2023 and 2022.

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias sem tratativas em andamento com o cliente...

Table with 4 columns showing the reconciliation of opening and closing balances for PIS and COFINS.

Table with 4 columns showing tax recovery items: PIS e COFINS (i), IRPJ e CSLL (ii), IRRF (iii), ICMS (iv), FUNDAP (v), and Outros.

10. Imobilizado (Consolidado)

Large table showing the breakdown of fixed assets by category: Câmaras frigorificas, Máquinas e equipamentos, etc., with columns for 2023 and 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, Custos: Depreciac o acumulada Saldo contábil, líquido

Em 1  de janeiro de 2023: Saldo inicial, Aquisi es, Baixas, etc.

Em 31 de dezembro de 2023: Custos: Depreciac o acumulada Saldo contábil, líquido

(i) Durante o período houve transferências entre contas de imobilizado e intangível no montante de R\$10.437 (R\$3.720 em 2022). Vide nota 11.

Table showing '11. Intangível (Consolidado)' with columns for software and other intangible assets for 2023 and 2022.

Taxas m dias ponderadas de amortiza o em %: 20,0%, 20,0%, 10,0%, 0,0%

(\*) Durante o período houve transferências entre contas de imobilizado e intangível no montante de R\$10.437 vide nota 10.

Table showing '12. Ativo de direito de uso (Consolidado)' with columns for right of use assets for 2023 and 2022.

Transportes rodoviários: Infraestrutura, Terminais portuários, Seguros, Manuten o, Ativos rodantes, Diversos.

14. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

a) Saldos de empréstimos e financiamentos (moeda nacional)

Table showing the breakdown of loans and financings by index: FINAME, NOTA DE CREDITO EXPORTAC O.

b) Cronograma de amortiza o da d vida: Os vencimentos das parcelas (principal) vencíveis a longo prazo podem ser assim demonstrados:

Table showing the maturity schedule of debt by period: Entre 1 e 2 anos, Entre 2 e 5 anos, Acima de 5 anos, Total.

Table with 4 columns showing Circulante, Não circulante, and Saldo final.

(i) PIS - Programa de Integra o Social e COFINS - Contribui o Financeira da Seguridade Social; correspondem aos valores de créditos originados da cobrança n  cumulativa do PIS e da COFINS...

Table showing '8. Outras contas a receber (Consolidado)' with columns for 2023 and 2022, including 'Venda de Imobilizado (i e ii)'.

(i) No ano de 2021 foram vendidas 16 empilhadeiras no montante de R\$18.000 as quais estão sendo pagas de forma parcelada no prazo de 36 meses...

Table showing '9. Investimento (Controladora)' with columns for participation and investment in Brado Logística S.A.

Table showing 'Em 1  de janeiro' and 'Resultado da equivalência no exercício' with columns for 2023 and 2022.

15. Partes relacionadas (Consolidado)

Large table showing transactions with related parties: Logspot Armazéns Gerais S.A., Raizen Energia S.A., Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., Rumo S.A.

(\*) Em 2022 foram capitalizados no imobilizado o montante de R\$2.118 referente a juros sobre imobilizado em andamento.

(i) Refere-se a valores a receber a título de multas incidentais, contingências rodoviárias, indeniza es, loca o de salas e disponibilidade de Quilograma-força (kgf).

Table showing 'Logspot Armazéns Gerais S.A.', 'Raizen Energia S.A.', 'Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.', 'Rumo S.A.' with columns for 2023 and 2022.

a) Opera es comerciais: A Companhia realiza parcela significativa de suas opera es de presta o de serviços e arrendamento de imóveis com empresas relacionadas...

b) Remunera o da Administra o: O valor dos honorários pagos a Diretoria Executiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$3.891 (R\$4.216 em 2022)...

16. Imposto de renda e contribui o social

a) Reconcilia o da despesa de imposto de renda e da contribui o social: A reconcilia o da aliquota efetiva e da despesa de imposto de renda e contribui o social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se resumida a seguir:

Table showing tax reconciliation with columns for Controladora and Consolidado for 2023 and 2022.

Lucro antes do imposto de renda e da contribui o social: Imposto de renda e contribui o social pela aliquota fiscal nominal combinada de 34%.

Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda e contribui o social efetivos:

Table showing tax expense origin with columns for Controladora and Consolidado for 2023 and 2022.

Table showing tax reconciliation with columns for Controladora and Consolidado for 2023 and 2022.

b) Composi o do imposto de renda e da contribui o social diferidos ativos e passivos (Consolidado): O imposto de renda e contribui o social diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a:

Table showing deferred tax assets and liabilities with columns for 2023 and 2022.

Saldo líquido de imposto de renda e a contribui o social diferidos

c) Movimento dos saldos de impostos diferidos

Table showing the movement of deferred taxes with columns for 2023 and 2022.

d) Realiza o do imposto sobre a renda e contribui o social diferidos

Na avalia o da capacidade de recupera o dos tributos diferidos, a administra o considera as proje es do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada   constituído uma provisi o para não realiza o.

Table showing tax realization with columns for 2023 and 2022.

17. Provisão para contingências (Consolidado)

A Companhia   parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais   provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência obrigada...

Table showing provisions for contingencies with columns for 2023 and 2022.

Os valores estimados para as contingências de perda possível na Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 86.880 (R\$101.379 em 31 de dezembro de 2022).

Amovimentac o das provisões de perdas prováveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022,   como segue:

Table showing the movement of provisions for losses with columns for 2023 and 2022.

Saldos em 31 de dezembro de 2021: Complemento de provisão, Pagamento, Reversão de provisão não utilizada, Atualiza o monetária.

Saldos em 31 de dezembro de 2022: Complemento de provisão, Pagamento, Reversão de provisão não utilizada, Atualiza o monetária.

Saldos em 31 de dezembro de 2023: Complemento de provisão, Pagamento, Reversão de provisão não utilizada, Atualiza o monetária.

Em 31 de dezembro de 2023, os depósitos judiciais com saldo de R\$17.882 (R\$17.800 em 31 de dezembro de 2022) referem-se, substancialmente, aos valores controversos sobre o Fator Acidental de Preven o INSS...

18. Risco sacado (Consolidado)

Em 2023 e 2022 a Companhia celebrou contratos junto a institui es financeiras, com objetivo de permitir aos fornecedores a antecipa o de seu recebimento. Nessa opera o, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as institui es financeiras.

Table showing risk transferred with columns for 2023 and 2022.

19. Passivo de arrendamento (Consolidado)

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensura o e na remensura o de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procede o desconto do valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem projetar a infla o futura projetada sobre as parcelas a serem descontadas.

Ata incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 4,0% a 16,06%, de acordo com o prazo de cada contrato.

A Companhia celebrou em 2016 contratos de arrendamentos de um terminal logístico e de contêineres que se caracterizam como arrendamentos mercantis operacionais de acordo com o CPC 06 (R1).

Em 2023 e 2022 a Companhia celebrou contratos de loca o de veículos os quais tem a validade de dois anos reajustáveis anualmente pelo IPC-A/FGV ou INPC-FIPE.

Em 2020 foi arrendado um terreno em Davin polis no valor de R\$3.498, o qual faz parte do projeto de constru o do terminal correspondente   Ferrovia Norte-Sul. Trata-se de um contrato onde o objeto arrendado será adquirido ao término. A vigen ia original era até fevereiro de 2021, porém em acordo entre as partes, houve celebra o de aditivos no decorrer de 2021 e 2022 prorrogando a vigen ia até dezembro 2024.

Em 2022 e 2023 a Companhia celebrou novos contratos de arrendamento de máquinas firmados pela vigen ia de três a cinco anos, reajustáveis anualmente pelo IGP-M e IPCA.

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Adi es (i), Baixas.

Saldo em 31 de dezembro de 2023: Adi es (i), Baixas.

Saldo em 31 de dezembro de 2023: Juros apropriados, Amortiza o do principal, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

continua na próxima página





Empresa Princesa do Norte S.A. CNPJ nº 81.159.857/0001-50

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with columns: ATIVO, Notas, 31/12/2023, 31/12/2022, PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO, Notas, 31/12/2023, 31/12/2022. Includes sub-sections like Ativo circulante, Ativo não circulante, Realizável a longo prazo, etc.

Demónstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais). Includes Receita líquida, Custos, Lucro bruto, etc.

Demónstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais). Includes Atividades operacionais, Investimentos, Financiamento.

Demónstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais). Includes Recreitas, Insuomos adquiridos de terceiros, Valor adicionado líquido, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional (i) Contexto operacional A Empresa Princesa do Norte S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital nacional fechada do Grupo Comperle, com sede localizada na Rua 24 de Maio, 253 - Vila Claro, Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná. Fundada em 05 de outubro de 1966, tem como objeto principal o transporte público coletivo de passageiros, sejam em linhas regulares ou sob forma de fretamento contínuo ou eventual, em qualquer parte do território nacional, sendo este transporte de forma municipal, metropolitana, intermunicipal e interestadual, nas modalidades rodoviárias, urbanas e suburbanas; prestação de transporte turístico e transporte terrestre de superfície previsto na legislação em vigor. A Companhia mantém seus serviços regulados pelo Poder Concedente, em que o Serviço Público de Transporte Rodoviário Interurbano de Passageiros é regulado pelo Poder Concedente Federal, o Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal pelo Poder Concedente Estadual e o Serviço Público de Transporte Rodoviário Municipal pelo Poder Concedente Municipal. (ii) Contratos de Concessão A Companhia detém, contratos de concessão de transporte de passageiros. Estes contratos transferem a operação dos sistemas de transportes municipais, intermunicipais e interestaduais dos poderes concedentes para a Companhia por prazos que variam de 2 a 5 anos, contados da data da transferência de controle do sistema de transporte para a Companhia, podendo ser prorrogados na forma da lei e conforme condições previstas nos contratos de concessão. Evita-se a concessão, rotundo ao Poder Concedente todos os direitos e privilégios vinculados a operação, conforme descrito no contrato de concessão. Os Direitos de concessão de algumas linhas de transporte intermunicipais encontram-se vigentes por prazo indeterminado, uma vez que estão vinculadas a abertura de novas licitações públicas. O eventual efeito desse assunto não está mensurado em nossas demonstrações financeiras ora apresentadas. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis adotadas. A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho da Administração realizada no dia 28 de março de 2024. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Contudo, a fim de complementar as demonstrações financeiras, a demonstração do valor adicionado está apresentada, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.2. Estimativas e políticas contábeis materiais As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probolístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, anualmente. a) Reconhecimento de receitas A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Receita de Prestação de Serviços A receita proveniente do transporte de passageiros rodoviários é reconhecida no momento em que os serviços são executados. São apresentadas pelo valor bruto e subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre os serviços, abatimentos, descontos comerciais e taxas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização. As receitas correspondentes ao transporte urbano de passageiros são reconhecidas levando em consideração as obrigações com o poder concedente, podendo ser mensuradas nas demonstrações financeiras mediante contraprestação de passageiros transportados ou venda de passagens. Receita de alienação de bens utilizados na prestação de serviços A receita correspondente à venda de imobilizado é reconhecida no instante em que os riscos e benefícios econômicos mais significativos inerentes à propriedade dos bens são transferidos ao comprador. Receita de juros Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros de curto prazo, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. b) Caixa e equivalentes de caixa O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. Entretanto, saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos com contas correntes garantidas que são liquidadas em curto prazo temporal compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. Nessas circunstâncias, saldos bancários a descoberto são classificados no passivo circulan-

nhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. i) Direitos de concessão A Companhia opera serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando: • O poder concedente controla ou regula a operação dos serviços ou operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecer e a que prece; e • O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão. Os direitos da Companhia sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que elas têm o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (passageiros) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços. Ativos intangíveis de infraestrutura são amortizados pelo método linear de acordo com o prazo do contrato de concessão na rubrica de custos com amortização na demonstração do resultado. ii) Softwares Os softwares são classificados como intangíveis com vida útil definida, ou seja, são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício social e as mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível à taxa de 20% ao ano. g) Perda por redução do valor recuperável de ativos intangíveis (teste de "impairment") A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos que refletiu o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conexas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando, não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. h) Tributação Impostos sobre vendas - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, hipótese em que os mesmos são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. Empresas tributadas com base no Lucro Real Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos - O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real. A despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajustes de avaliação patrimonial. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente - ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar pelas autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Os impostos correntes são a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxa de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) - Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos de ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que: • Não é uma combinação de negócios; e • No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não o lucro contábil ou o lucro tributável; • Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço; • Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. • Tributação sobre as receitas: As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Includes Demónstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais).

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Includes Demónstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais).

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Includes Demónstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais).

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Includes Caixa e bancos, Aplicações financeiras, etc.

Administradores de cartões de crédito, Outras, Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, Total, Circulante, Não circulante, Total.

A seguir apresentamos o aging list das contas a receber, conforme saldo apresentado acima:

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Includes Total a vencer, Vencidos em até 1 mês, Vencidos de 1 a 6 meses, etc.

Movimentação da provisão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Includes Saldo inicial, Adições, Reversões, Saldo final.

5. Partes relacionadas As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições comerciais definidas entre as partes. 5.1. Resumo dos saldos patrimoniais e das transações entre partes relacionadas

Table with columns: Ativo, Relacionamento, Aluguel, Mítuos (a), Outras obrigações (b), Total Geral. Includes Comperle Participações S/A, Expresso Maringá Ltda, Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S/A, etc.

(a) Mítuos: A Companhia mantém operações de mítuos sem prazo de vencimento e sem incidência de juros; (b) Outras obrigações / Outras obrigações: Compartilhamento de custos de despesas e serviços administrativos entre as empresas do mesmo grupo econômico. As transações entre partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais definidas entre as partes.

5.2. Transações com partes relacionadas com efeitos no resultado do exercício A seguir, demonstramos o reflexo no resultado do exercício proveniente das operações com partes relacionadas:

Table with columns: Receita, Custos, Despesas administrativas. Includes Comperle Participações S/A, Empresa Cruz de Transportes Ltda, Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A, etc.



5.3. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia foi registrada na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" no montante de R\$ 466 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 441 em 31 de dezembro de 2022).

6. Outros créditos

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Circulante and Não circulante values.

7. Imobilizado

Table showing Imobilizado de uso with columns for Custo, Depreciação acumulada, Saldo inicial líquido, Adições de Bens, Depreciação, Baixa de Ativos, Transferências, Saldo final líquido, and Depreciação acumulada.

Garantias Os veículos de passageiros próprios possuem parcialmente garantias e está composto pelo montante de R\$ 65.147. No momento de sua aquisição os mesmos são alienados fiduciariamente aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Table with columns for Modalidade, Taxa média a.a., Estrutura taxa média, 31/12/2022, Amortização, Juros pagos, Juros apropriados, and 31/12/2023.

Os contratos das modalidades de empréstimos e financiamentos possuem garantias conforme mencionados abaixo:

Table with columns for Modalidade, Garantias, and details of loan types.

A seguir apresentamos a composição do saldo de empréstimos e financiamentos por vencimento (aging list):

Table with columns for 2024, 2025, 2026, Total, and details of aging list.

Cláusula restritiva Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

10. Arrendamento de direito de uso de ativos referem-se aos contratos de aluguel de imóveis e locação de veículos.

Table with columns for 31/12/2023, 31/12/2022, and details of lease and rental contracts.

A seguir apresentamos a composição do saldo de arrendamentos financeiros por vencimento (aging list):

Table with columns for 2024, 2025, 2026, 2027, Total, and details of financial lease aging.

11. Obrigações de risco sacado

A Companhia possui parcerias com instituições financeiras (Safra e Santander) para antecipação de pagamentos referentes à aquisição de produtos com o fornecedor Vibra Energia S.A (Petrobras).

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing obligations of risk.

A seguir apresentamos a composição do saldo de arrendamento de direito de uso por vencimento (aging list):

Table with columns for 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, Total, and details of lease aging.

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial considerou um fluxo financeiro de todos os contratos de: Finance, Leasing, CDC e Capital de Giro, deste montante resultou na Taxa Interna de Retorno (TIR).

12. Parcelamentos fiscais O saldo deste grupo corresponde a parcelamentos dos impostos (ICMS, PIS, COFINS, IRPF, INSS, CPRB, IRPJ e CSLL) disponibilizados pelo governo.

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Despesas antecipadas, Seguros, and Outros contas a receber.

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Custos, Despesas comerciais, Despesas gerais e administrativas, and Despesas tributárias.

18. Resultado financeiro

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Receitas financeiras, Receitas operacionais, and Resultados operacionais.

19. Imposto de renda e contribuição social

Table with columns for 2024, 2025, 2026, 2027, Total, and details of tax and social contribution.

14. Passivos contingenciais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing contingencies.

15. Reserva de incentivos fiscais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing tax incentives.

16. Receita líquida

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing net revenue.

17. Quantidade de ações

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing share quantities.

18. Resultado do exercício

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing exercise results.

19. Passivos contingenciais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing contingencies.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing insurance coverage.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing financial instruments and risk management.

22. Eventos subsequentes Reforma Tributária Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Empresa Princesa do Norte S.A. Santo Antonio da Platina - PR. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Princesa do Norte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data.

país sendo operadas através de contratos vigentes por prazo indeterminado (uma vez que estão vinculados à abertura de novas licitações públicas). As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas, pela administração, no pressuposto de continuidade operacional assumindo a manutenção dos respectivos contratos vigentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Custos, Despesas comerciais, Despesas gerais e administrativas, and Despesas tributárias.

18. Resultado financeiro

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Receitas financeiras, Receitas operacionais, and Resultados operacionais.

19. Imposto de renda e contribuição social

Table with columns for 2024, 2025, 2026, 2027, Total, and details of tax and social contribution.

14. Passivos contingenciais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing contingencies.

15. Reserva de incentivos fiscais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing tax incentives.

16. Receita líquida

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing net revenue.

17. Quantidade de ações

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing share quantities.

18. Resultado do exercício

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing exercise results.

19. Passivos contingenciais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing contingencies.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing insurance coverage.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing financial instruments and risk management.

22. Eventos subsequentes Reforma Tributária Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional.

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Seguros contratados, Cobertura, and Vigência.

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Receitas financeiras, Receitas operacionais, and Resultados operacionais.

18. Resultado financeiro

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing Receitas financeiras, Receitas operacionais, and Resultados operacionais.

19. Imposto de renda e contribuição social

Table with columns for 2024, 2025, 2026, 2027, Total, and details of tax and social contribution.

14. Passivos contingenciais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing contingencies.

15. Reserva de incentivos fiscais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing tax incentives.

16. Receita líquida

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing net revenue.

17. Quantidade de ações

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing share quantities.

18. Resultado do exercício

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing exercise results.

19. Passivos contingenciais

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing contingencies.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing insurance coverage.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Table with columns for 31/12/2023 and 31/12/2022, showing financial instruments and risk management.

22. Eventos subsequentes Reforma Tributária Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Auditoria apropriada às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas e a falta de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira completa com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2024. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC SP 025.583-0-1. Edinilson Attiziani. Contador CRC ISP-293.919-0-7.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9039-8869-C04E-2066> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9039-8869-C04E-2066



### Hash do Documento

A14D05B889DA5DA0349631CD31AA4A03D6EE749D699E4831DF73EA052E6F9A37

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/04/2024 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 24/04/2024 00:01 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

